

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

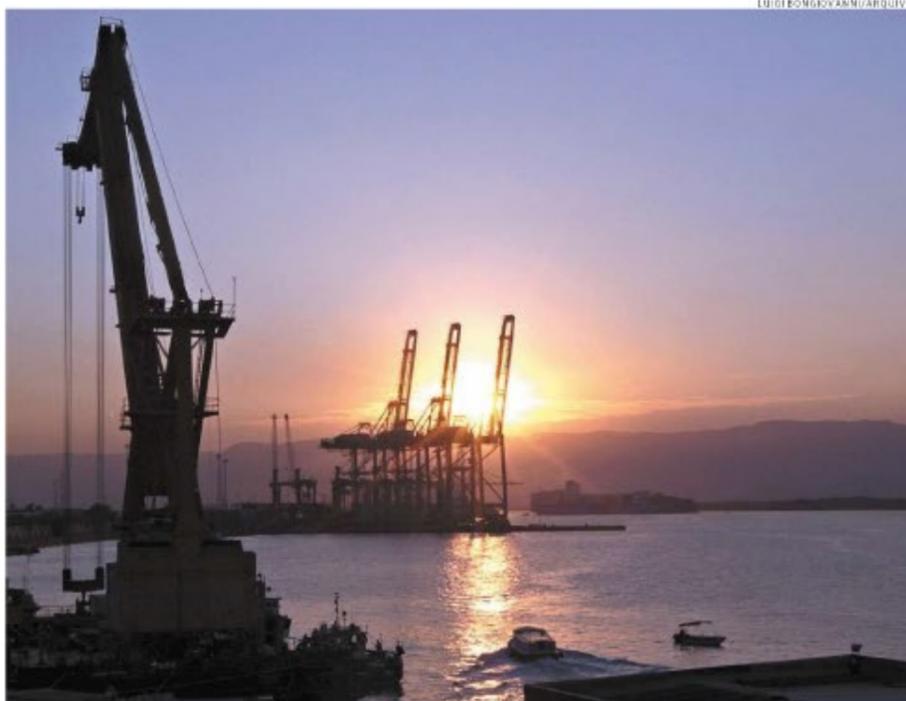
"Sou a favor de uma gestão técnica, independentemente da origem da mesma, e creio ser este o caminho que um governo sério e que se diz avesso à gestões políticas adotará"

Marcos Vendramini consultor portuário

PORTO & MAR

Setor pretende negociar planos com novo governo

Terminais e operadores defendem reduzir intervenção do estado e gestão profissional



Margem direita do Porto de Santos: empresários propõem diminuir burocracia para facilitar investimentos

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) terá quatro anos para colocar em prática a sua meta de melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair investimentos no setor. Para a iniciativa privada, esta é a oportunidade de tirar importantes obras do papel e garantir o desenvolvimento e uma maior atenção ao Porto de Santos. Por isso, entidades que representam empresas do segmento apostam em iniciar um diálogo com o grupo do próximo chefe do Executivo durante o período de transição, que já começa hoje.

No seu plano de governo, protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro falou sobre a necessidade de integração das malhas ferroviária e rodoviária, ligando as principais regiões do Brasil, assim como é feito em outros países.

Em sua última visita a Santos, em fevereiro de 2016, Bolsonaro citou os gargalos ferroviários e a necessidade de ampliação da malha para o escoamento da safra agrícola até o Porto de Santos.

"Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do Governo, com patamares similares aos da Coreia do Sul (Porto de Busan), do Japão (Porto de Yokohama) e de Taiwan (Porto de Kaohsiung)", destaca o plano de governo de Bolsonaro.

Segundo o diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), José Di Bella Filho, a entidade está finalizando um documento com as principais demandas do setor. O material será encaminhado à equipe do presidente eleito e debatido depois.

Durante a campanha, a entidade se reuniu com todos os representantes dos candidatos. Para Di Bella, neste primeiro encontro, ficou clara a intenção do novo governo de cooperar com a iniciativa privada para o desenvolvimento do setor.

A principal demanda que a ABTP levará ao presidente eleito é a necessidade de reduzir a intervenção do Estado nos portos. A redução da burocracia para a facilitação dos investimentos privados é outra bandeira da entidade. "Os portos têm de se reequipar e ter capacidade adequada para atender a demanda crescente no Brasil", destacou Di Bella.

O executivo também aponta a necessidade de que as agências reguladoras atuem como órgãos de fiscalização e não como regradoras do setor.

DESCENTRALIZAÇÃO

A descentralização da gestão portuária, a implantação de uma administração conjunta do poder público e da iniciativa privada, como existe em Algeciras, na Espanha, e investimentos em infraestrutura. Essas

METAS

Em seu plano de governo, protocolado no Tribunal Superior Eleitoral, o presidente eleito Jair Bolsonaro destaca quatro tópicos sobre os portos brasileiros:

» Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), somente em 2017, mais de 800 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas nos 37 portos brasileiros;

» É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender a demanda crescente do País;

» A melhoria neste setor vai além das estruturas portuárias e deve ter integração com uma vasta malha ferroviária e rodoviária ligando as principais regiões, assim como é feito em outros países;

» Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do governo, com patamares similares aos da Coreia do Sul (Porto de Busan), do Japão (Porto de Yokohama) e de Taiwan (Porto de Kaohsiung)

são algumas das expectativas do presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), João Almeida.

"Quando ouvimos o presidente eleito falar em menos Brasília e mais Brasil, ficamos confiantes que ocorrerá esta descentralização e que teremos gestores profissionais sem as indicações políticas nas autoridades portuárias. Precisamos ter continuidade na gestão da administração portuária local", disse o presidente do Sopesp.

Segundo Almeida, com a definição das eleições, a entidade dará continuidade à aproximação com o governo, em conjunto com nossa Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop). "O que vemos por lá (em Algeciras) é o que queremos aqui. Menos intervenção e burocracia do Estado com gestão profissional e uma Autoridade Portuária independente, totalmente próxima a sua comunidade local, com um conselho de administração (Consad) único que inclua a composição atual do Conselho de Autoridade Portuária (CAP)", disse.

"A expectativa é positiva. O presidente eleito sinalizou a re-

dução do tamanho do governo e as interferências nas atividades da iniciativa privada. Claro que há áreas em que deve haver essa presença do governo, mas ela precisa ser mais enxuta, moderna e adequada", afirmou o presidente da Fenop, Sérgio Aquino.

A entidade também pretende retomar contato com a equipe de Bolsonaro que fará a transição de governo. A ideia é um encontro com o general Arnaldo Ferreira, que é um dos cotados para compor a equipe ministerial.

União prepara 20 arrendamentos

Para o consultor portuário Marcos Vendramini, o presidente eleito Jair Bolsonaro terá a missão de tirar do papel, pelo menos, 20 arrendamentos portuários em todo o Brasil. Segundo o especialista, esses lotes passaram por estudos técnicos e precisam ser liberados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

"No setor portuário, conseguiu-se montar uma linha de produção de estudos para licitação perfeitamente alinhada com as exigências e demandas do TCU, significando uma tramitação mais ágil", destacou o consultor.

Com relação aos arrendamentos, Vendramini segue otimista. Durante campanha, Bolsonaro defendeu, por diversas vezes, processos de concessão e privatização no País. Ele, frequentemente, usou a expressão "Menos Brasília, mais Brasil", que pode significar a descentralização de decisões importantes para o desenvolvimento dos portos brasileiros.

Para o coordenador da Comissão de Usuários de Portos e Aeroportos de São Paulo (Comus), da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), José Cândido Senna, a expressão de Bolsonaro abre duas possibilidades para o setor portuário.

"A primeira é a possibilidade de regionalização e municipalização do que compete ao poder público. A segunda mostra uma interferência menor do Estado, abrindo a possibilidade de participação da iniciativa privada", destacou o executivo, que segue otimista com as recentes declarações de planos de recuperação fiscal da equipe do presidente eleito.

Já o presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Terminais e

Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho, destaca que não medirá esforços para contribuir com o novo governo federal na proposição de políticas que visem ao aprimoramento do sistema portuário, com a clareza da participação fundamental dos portos no comércio exterior e na competitividade brasileira no cenário global.

"A expectativa é positiva, tendo em vista o discurso liberal do presidente Jair Bolsonaro de menor intervenção do Estado nos setores produtivos, maior incentivo aos investimentos privados, redução da burocracia e simplificação dos marcos regulatórios", afirmou Bayard.

TRANSIÇÃO

De acordo com Vendramini, as informações são de que, na Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a equipe de transição do presidente eleito já iniciou os trabalhos hoje.

"Quanto à descentralização da gestão, eu sou a favor de uma gestão técnica, independentemente da origem da mesma, e creio ser este o caminho que um governo sério e que se diz avesso à gestões políticas adotará. A nomeação de administradores por critérios políticos vem atrasando o setor há anos, com pequenos soluços de desenvolvimento ou voos de galinha. Somente com a administração executada por critérios exclusivamente técnicos e despidos de nuances políticas é que conseguiremos alguma agilidade e dinamismo, tanto nos processos de arrendamento como naqueles de renovação de áreas", afirmou Marcos Vendramini.